

# 1º BIB: REPRESSÃO E TORTURA NO SUL FLUMINENSE (1964-1971)

## 1ST BIB: REPRESSION AND TORTURE IN THE SOUTH OF RIO DE JANEIRO (1964-1971)

Rafaela Andrade Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB)  
e-mail rafaela.cas17@gmail.com

Laura Ferraz Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB)  
e-mail lauraateixeirah@gmail.com

Paulo Célio Soares Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB)  
e-mail paulocelio@ugb.edu.br

### Resumo

O presente artigo analisa a atuação do 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) de Barra Mansa como instrumento de repressão durante a Ditadura Militar no Brasil, com foco no período de 1964 a 1971. Trata-se de uma análise histórica que investiga o papel do BIB na perseguição a movimentos sociais, sindicalistas, militantes de esquerda e membros da Igreja Católica progressista, especialmente na cidade de Volta Redonda, onde se localiza a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter documental, baseou-se na consulta a fontes primárias e secundárias, incluindo relatos e registros oficiais, para compreender o processo de intensificação da repressão a partir do Ato Institucional nº 5, em 1968. Como resultado, identificou-se que o batalhão atuou como centro de práticas de tortura e violações de direitos humanos, sendo responsável por episódios emblemáticos, como a morte de quatro soldados em suas dependências. A análise conclui que o BIB foi peça-chave no aparato repressivo local, e destaca a importância de revisitar essa história para refletir sobre o apagamento da memória e o uso atual do espaço para eventos culturais, o que evidencia a necessidade de políticas de memória e justiça.

### Palavras-chave

1º Batalhão de infantaria blindada. Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Ditadura Militar. Repressão. Anistia.

### Abstract

This article analyzes the actions of the 1st Armored Infantry Battalion (BIB) of Barra Mansa as an instrument of repression during the Military Dictatorship in Brazil, focusing on the period from 1964 to 1971. This is a historical analysis that investigates the role of the BIB in the persecution of social movements, trade unionists, left-wing activists, and members of the progressive Catholic Church, especially in the city of Volta Redonda, where the Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) is located. The research, of a qualitative and documentary nature, was based on consultation of primary and secondary sources, including reports and official records, to understand the process of intensification of repression after Institutional Act No. 5, in 1968. As a result, it was identified that the battalion acted as a center for torture and human rights violations, being responsible for emblematic episodes, such as the death of four soldiers on its premises. The analysis concludes that the BIB was a key player in the local repressive apparatus, and highlights the importance of revisiting this history to reflect on the erasure of memory and the current use of the space for cultural events, which highlights the need for memory and justice policies.

### Keywords

1st Armored infantry battalion. National steel company (CSN). Military dictatorship. Repression. Amnesty.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons  
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Aprovado em 30/06/2025  
Publicado em 30/08/2025

## 1. INTRODUÇÃO

O tema abordado neste artigo é a atuação do 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército (BIB) de Barra Mansa como força de repressão e tortura no Sul Fluminense durante o regime militar no Brasil, dando enfoque, especificamente, aos anos de 1964 – 1971. A Ditadura Militar no Brasil que começou em 1964, por meio de um golpe militar, compartilha um aspecto comum às demais ditaduras que surgiram no século XX, ela se esgueira pelas frestas de um cenário político instável e frágil, e encontra apoio civil na promessa da salvação da nação.

Com a implantação de um Estado autoritário, e a criação de mecanismos e órgãos necessários para garantir o efetivo controle do governo militar sobre todo o país, a repressão política se intensificou. O 1º BIB se encaixa como um dos órgãos ligados ao regime militar, responsável primeiramente pela função de garantir a ordem social, e posteriormente toma corpo como o principal órgão de repressão da ditadura militar na região Sul Fluminense. Sua importância se dá no fato de estar em uma posição essencial e estratégica para o controle da região, por estar próximo a cidade de Volta Redonda, sede da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e principal foco de movimentos operários, greves e sindicatos, todos considerados agentes subversivos pelo regime militar.

O recorte temporal escolhido se justifica pois, apesar do BIB já atuar como um organismo assegurador da ordem social da região de Barra Mansa e, prioritariamente, Volta Redonda antes de 1964, é a partir desse período, sobretudo entre 1969 e 1971, que o 1º BIB se torna o principal aparelho repressor e centro de torturas da região. Esse agravamento é devido a promulgação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5) em 1968, que definitivamente institucionaliza as formas mais duras de repressão, conferindo amplos poderes ao governo e suspendendo garantias constitucionais.

O objetivo da presente pesquisa é compreender através de um novo olhar a formação do 1º BIB, sua função e atuação na região sul fluminense, e sua transformação em um órgão poderoso de força repressiva durante o período ditatorial.

A relevância da pesquisa está em ampliar as análises sobre o tema, além de, compreender, nos tempos atuais, as marcas deixadas pela ditadura militar na região, e a simbólica transformação do 1º BIB no Parque da Cidade de Barra Mansa, local onde ocorrem os eventos culturais da cidade, em um claro movimento de apagamento da história e das atrocidades cometidas nesse espaço..

## 2. DITADURA MILITAR NO SUL FLUMINENSE

A Ditadura Militar teve forte impacto no Sul Fluminense. A região é um importante polo econômico para o país, abrigando diversas indústrias siderúrgicas, como a Cia. Siderúrgica de Barra Mansa, Cia Barbará e principalmente a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda.

Considerando a grande concentração de operários e com um histórico de grandes movimentos grevistas e sociais, a região logo foi alvo da atenção dos militares.

Destacou-se nesse contexto a atuação do então 1º BIB, sediado em Barra Mansa, que desde sua fundação, nos anos de 1950, já atuava repressivamente na região, e no episódio do Golpe civil-militar, no dia 31 de março de 1964, já se encontrava, como de costume, em estado de “prontidão” (Estevez, 2015). A repressão no Sul Fluminense se estruturou com base no BIB, contando com a participação direta da CSN, tendo como contraposto a diocese de Barra do Piraí e Volta Redonda, e seu bispo progressista Dom Waldyr Calheiros, além de sindicalistas de diversas matizes políticas, e organizações de esquerda que atuavam na região

Segundo o Relatório da Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros de Volta Redonda (CMV-VR, 2015), os sindicalistas foram o grupo mais perseguido pelo regime militar. Controlar a oposição sindical era crucial para garantir a efetividade do regime na região, especialmente devido à forte influência que exerciam em uma cidade essencialmente operária. Dessa forma, os primeiros atos de repressão da ditadura na região foram destinados a dismantlar a estrutura sindical local.

O segundo grupo mais perseguido pelas forças repressivas na região, materializada pelo 1º BIB, foram os católicos progressistas, prioritariamente aqueles que pertenciam à Diocese de Barra do Piraí e Volta Redonda, comandada pelo Bispo Dom Waldyr Calheiros. Desde a chegada do Bispo em 1966, o grupo se alinhou com movimentos sociais e sindicais, se tornando mais politizado e buscando defender os direitos dos trabalhadores, transformar as estruturas econômicas e sociais, além de denunciar frequentemente as práticas de repressão e violação dos direitos humanos ocorridos na região. A postura desses grupos os colocava em evidência para o regime militar, que respondia com violência para silenciá-los e manter a ordem social na região Sul Fluminense.

Em relação a contribuição da CSN como uma empresa que respaldou o golpe militar, é necessário destacar que na véspera do golpe, o Diretor Industrial da CSN, Mauro Mariano, com a colaboração das autoridades militares, organizou um plano para o controle interno da Usina, “Tal plano consistia em uma estratégia antigrevista, na qual era previsto um esquema de alerta de todas as superintendências e chefias centrais da empresa em caso de ameaça grevista” (Estevez, 2015, p.21). Essa estratégia consistia em comunicar os superintendentes e assistentes da Direção Industrial para que mantivessem em estado de alerta seus subordinados.

O prévio conhecimento das autoridades da CSN acerca do golpe civil-militar é evidenciado através do extrato da ata da 1.167ª sessão ordinária da diretoria de 8 de abril de 1964, que postula sobre os acontecimentos de 31 de março e 1 de Abril de 1964: “ A perfeita coordenação entre seu

comandante e oficiais, e a direção industrial, dentro de esquemas estudados em todos os detalhes, em conjunto, permitiu que fosse dada à Usina a proteção adequada, dentro do ambiente conturbado daqueles dias e fosse mantida a ordem em nossa cidade, tão pouco provida de policiamento próprio.”<sup>1</sup>.

Com este documento é possível notar que antecedente ao golpe, a direção da CSN e os setores militares já se preparavam para uma suposta reação, devidamente cientes da articulação golpista dentro do exército. Igualmente, é clara a total conformidade da política da empresa CSN, a maior Siderúrgica Nacional, com as orientações ideológicas do novo regime. A reação esperada se trata de que, logo após o golpe, no dia 1º de abril, houve na cidade de Volta Redonda uma greve que mobilizou operários da CSN e o Sindicato dos Metalúrgicos. Segundo Soares (2019), a paralisação foi conduzida pelos sindicalistas Othon Reis Fernandes, Wilton Meira, Genival Silva e Lima Netto. Lima Netto era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, ligado ao PCB, e liderou a greve na CSN, já Othon Reis, ex-presidente do sindicato, ocupou a rádio Siderúrgica. Nesse momento, o diretor industrial da usina, Mauro Mariano autorizou que cortassem os sinais de rádio, TV e telefone, para minar a comunicação entre os grevistas (Estevez, 2015). A greve foi logo reprimida pelos militares do 1ºBIB, que rapidamente invadiram a CSN, ocuparam a cidade e entrevistaram nos principais sindicatos, principalmente no sindicato dos metalúrgicos do qual eram participantes os principais líderes grevistas. Foram presos 58 e indiciados 77 operários, que como consequência foram demitidos da CSN, e despejados dos alojamentos da empresa. Dias após o acontecido foi aberto o primeiro Inquérito Policial Militar (IPM) relacionado ao 1ºBIB para investigar a atividade grevista.

De acordo com Estevez (2015), em menos de um mês após o golpe militar, os principais sindicatos da região estavam sob controle militar, com as suas antigas lideranças cassadas ou detidas, causando a desintegração das forças sindicais que haviam sido formadas de maneira legítima e histórica. A partir desse momento, a região Sul Fluminense, bem como todo cenário nacional, passou a vivenciar a tamanha truculência do regime ditatorial, munidos da repressão, da censura e da perseguição..

## 2.1. Breve história do BIB

O 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) foi inaugurado em março de 1950, com sua sede provisoriamente instalada no 2º BIB, situado em São Cristóvão, e em 26 de maio de 1950, foi oficialmente instalado na cidade de Barra Mansa, no estado do Rio de Janeiro.

A criação e atuação do Batalhão relaciona-se ao fato da região Sul Fluminense ser uma área de

---

<sup>1</sup> Extrato da Ata da 1.167ª sessão ordinária da diretoria de 8 de abril de 1964, Arquivo da CSN apud Estevez, (2015, pág.21)

grande importância nacional devido a CSN e a concentração de operários. O funcionamento do BIB teve como alicerce a relação entre o poder municipal, empresarial e militar da cidade. É importante ressaltar que o objetivo do 1º BIB na região sul fluminense era manter a ordem pública, e nesse contexto contou com uma articulação política e empresarial para efetivar esse controle repressivo.

São inúmeros os exemplos da relação estreita do 1ºBIB com o setor empresarial local, principalmente da CSN. Em carta escrita pelo presidente da siderúrgica à época, General Oswaldo Pinto da Veiga, ao Alto Comando do Exército, o presidente destaca a importância do Batalhão, e sugere que os oficiais de alta patente se mudem para Volta Redonda, claramente para aprimorar as formas de monitoramento da população. Ademais, nessa mesma carta o General Oswaldo oferece moradia a esses militares no bairro Vila Santa Cecília. (apud Estevez, 2015). Dessa forma, militares, autoridades empresariais, eclesiásticas e municipais mantinham contato direto em eventos e negociações, fortalecendo essa aliança.

Com o sucesso do Golpe civil-militar em 1º de abril de 1964, o BIB já deu início ao trabalho de monitoramento da região Sul Fluminense, coibindo a greve dos trabalhadores da CSN em oposição ao golpe. Os militares invadiram a Siderúrgica Nacional e prenderam os principais líderes sindicalistas.

Em consonância com Estevez (2015, p. 24), já no dia 10 de abril foi reconhecido que o batalhão *'(...) tomou parte ativa no movimento revolucionário eclodido no Brasil no dia 31 de março de 1964, combatendo o regime de corrupção e comunização implantado no País pelo Governo anterior'*.

A partir de então, o BIB foi aumentando sua estrutura para agir como a principal força repressiva na região. Em 1965 seu aparato bélico foi aumentado. Em 1968 com o decreto do AI-5 a situação se intensificou, a tortura foi legitimada, e o BIB expandiu suas atribuições. Em 1969 o batalhão recebeu a estrutura necessária para seguir as diretrizes decretadas pelo Ato nº5 e combater a ameaça subversiva através de interrogatórios sob tortura. Essa estrutura contava com toda aparelhagem necessária, como por exemplo a utilização de magneto para os choques elétricos, especialistas nas técnicas de tortura, além dos médicos legistas. (Soares, 2019). Após isso o 1º Batalhão de Infantaria Blindada passou a ser palco dos maiores atendidos contra a integridade física e psicológica dos que foram presos durante o regime militar. Além das prisões arbitrárias e as ameaças que já eram praticadas, agora as práticas de torturas começam a fazer parte da rotina do BIB.

### 3. A TORTURA COMO ARMA DO REGIME

A tortura, de acordo com Convenção contra Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis,

Desumanos ou Degradantes<sup>2</sup>, da ONU, é definida como qualquer ato que inflige dor ou sofrimento severo, físico ou mental, de forma intencional, para obter informações, confissões, punições, intimidação ou coerção, especialmente quando realizado por agentes públicos ou com seu consentimento.

Muitos indivíduos que foram submetidos a interrogatórios no 1º BIB experimentaram diretamente a essência da ditadura: a tortura. Conforme apontado por Arns (1985), a tortura não era apenas uma forma de punição, mas o principal mecanismo de imposição da vontade absoluta. Arns esmiúça e estrutura militar, destacando que no topo existiam os Atos Institucionais, o SNI, o Conselho de Segurança Nacional, as altas esferas de poder. Na porção intermediária da pirâmide, toda a estrutura jurídico-política de repressão e controle: LSN, Lei de imprensa, inúmeros instrumentos legais de exceção. Pouco acima da base, a Justiça Militar “legalizando” as atrocidades dos Inquéritos (Arns, 1985, pág. 310).

A busca por confissões dentro da “guerra interna” contra o comunismo não estabeleceu limites para os atos em que se extraíram as respostas. A repressão, em sua composição, era violenta, mas carregava faces distintas que se espalharam com consequências devastadoras. A essência bruta da tortura física corroía os corpos, enfraquecendo-os, como uma sombra que se infiltra e destrói os movimentos mais sutis. Já a tortura psicológica era persistente e silenciosa, impregnando o ser de um medo profundo, deixando marcas invisíveis que ecoavam por anos, como uma névoa que não se dissipa, aprisionando a mente em um estado de constante degradação. Nesse sentido, como destacado por Napolitano (2014, 163), a tortura por vezes é empregada como um termo relacionado ao sádismo ou aos “excessos”, como propriamente empregado pelos militares, mas se tratando do regime militar brasileiro, ela se configurou como um sistema, pois segundo ele, “(...) *Sem o sistema de tortura, organizado, burocratizado e abrigado no aparelho civil e militar do Estado, o indivíduo torturador é apenas um sádico errante à procura de vítimas. Dentro do sistema, ele é um funcionário público padrão.*”.

O ex-presidente militar Geisel, reduziu todo o sistema de tortura empreendido no regime militar pelo simples ato da confissão: “Acho que a tortura, em certos casos, torna-se necessária, para obter confissões”, “*Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é compelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior*” (Gaspari, 2002, 37).

Reduzir a prática da tortura a busca pela confissão, o que não deixa de ser também um dos

---

2 Convenção Contra a Tortura e Outras Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes Parte E Art. 1º. Adotada pela Resolução 39/46, da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1984. <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-against-torture-and-other-cruel-inhuman-or-degrading> visitada em 08/09/2024.

objetivos do regime militar, é negligenciar toda a cadeia de repressão criada para disseminar o terror, o medo, o silêncio, como destacado por Napolitano (2014, pág. 383) “(...) silêncio dos torturados que não querem ou não podem lembrar de situações de humilhação e dor extrema. Silêncio dos mortos e desaparecidos que já não podem narrar sua dor. Silêncio da sociedade que sabe, por medo ou convivência.”

A tortura por vezes pode ter tido eficácia em colher informações para dismantelar os grupos de guerrilha, mas definitivamente falhou no objetivo de calar a sociedade, de instaurar o medo ao ponto da perpetuação do regime militar, pois muitos mesmo diante de toda repressão continuaram lutando. Passados 60 anos do golpe de 1964, ainda são muitos os que lutam para que sejam descobertas as crueldades cometidas pelo regime golpista. Durante os interrogatórios os direitos humanos se desintegravam, e a Ditadura relevava sua face mais obscura, que partia de cada choque elétrico, cada sessão no pau de arara, e cada forma de degradação psicológica.

#### **4. ESTUDO DE CASOS EMBLEMÁTICOS**

##### **4.1. A juventude operária católica (JOC) e a frente operária (FO)**

A Juventude Operária Católica (JOC) organizou-se em Volta Redonda em 1962, com bases nos bairros Retiro e Vila Brasília. “O trabalho da JOC objetiva sua inserção nas áreas proletárias, diretamente com os jovens trabalhadores nas periferias das cidades industriais.” (CMV-VR, 2015, p.257). Nesse cenário, membros e simpatizantes da JOC se reuniam aos finais de semana na sede para discutir e refletir sobre situações cotidianas através do “Método de Reflexão – ver, julgar e agir” com base nos princípios cristãos. Essa prática reflexiva toma outros contornos quando as situações cotidianas daqueles membros são infiltradas pela repressão e autoritarismo do regime militar. A partir do golpe militar, a atuação dessa organização foi voltada para ações aguerridas relacionadas ao aspecto social e econômico daquela sociedade fluminense, cooperando para uma atuação política mais ativa (Soares, 2019).

Dentro da hierarquia da organização, o Pe. Natanael de Moraes foi indicado pelo Bispo Dom Waldyr Calheiros como assistente da JOC, em maio de 1967. O assistente da JOC, de acordo com a CMV-VR (2015, p. 257), “...era designado pelo bispo da Diocese para traduzir aquelas situações à luz dos valores cristãos dos Evangelhos.” e dessa forma orientar seus membros.

Por ser um grupo voltado para a organização de jovens operários, desde o início do regime militar e suas ações na região sul fluminense, a JOC já era alvo de monitoramento por parte do 1ºBIB, mas essa vigilância aumentou a partir da chegada de Dom Waldyr, e principalmente do Congresso Nacional da JOC, em 1968, no qual participaram o Pe. Natanael e o Pe. Arnaldo Werlang, que

dividiam a função. No Congresso “... houve uma inflexão à esquerda da doutrina e conteúdo da organização, claramente anticapitalista, o que abriu espaço para a aproximação de organizações da esquerda clandestina...” (CMV-VR, 2015, p. 263), além de adotar uma maior participação da JOC no campo político e partidário (Soares, 2019), com sua aproximação A setores da esquerda e grupos políticos clandestinos. O depoimento do militante José Ventura a CMV-VR explicita bem a relação entre essa ala progressista da JOC e as atividades antiautoritárias: “Você começava a fazer um trabalho de conquistar militantes dentro do grupo da JOC. Quem é o militante que você achava que poderia avançar e participar dessas reuniões e aquele que poderia ser fraco e qualquer fraqueza naquele momento de um, ponha tudo a perder, como aconteceu em 70”. (CMV-VR, 2015, p.263)

Sem qualquer conhecimento prévio dos outros membros da JOC, militantes considerados “confiáveis” desse grupo organizaram o “Grupo dos Oprimidos da Região” que faziam ações clandestinas de conscientização da sociedade sobre a situação ditatorial, os direitos do proletariado, entre outros, através de pichações e panfletos. Em 1969, um desses panfletos foi escrito e distribuído com a associação do Pe. Arnaldo, que em 1970 foi detido pelo DOPS, e se afastou do grupo jocista para não comprometer sua segurança (CMV-VR, 2015). O militante da JOC João Batista da Silva relata a CMV-VR o intuito social das ações do grupo de conscientizar a população:

“A ideia nossa era contra o regime que estava vigente no país naquela época, regime ditatorial, você não tinha liberdade de expressão, você tinha toda uma proibição de coisas que a gente não via por quê. (...) No panfleto, acho que a realidade que a gente queria mostrar é a diferença de status entre o poder do exército e a população brasileira. (...) quando nós percebemos que a CSN dava aos militares do batalhão as melhores casas em Volta Redonda. (CMV-VR, 2015, p.264)

Essas ações precederam o contato de alguns desses militantes, incluindo o Pe. Natanael, com grupos organizados de orientação revolucionária que foram atraídos para Volta Redonda devido à significativa concentração operária na cidade, sob a liderança progressista de Dom Waldyr. Além disso, um pequeno grupo clandestino de militantes da JOC se dedicou ao trabalho de base e à promoção da conscientização política nos bairros periféricos, criando uma conjuntura propícia para cultivar o ideal revolucionário (CMV-VR, 2015).

A partir desse momento, os movimentos de esquerda contra ditadura, principalmente aqueles que vinham sendo desmantelados nas lutas de guerrilha urbana, viram uma oportunidade de fortalecimento do movimento através do trabalho de base junto às massas operárias. Somado ao trabalho já exercido pela JOC, Volta Redonda formou o cenário perfeito para proliferação de um movimento proletário contra a ditadura militar.

Nesse sentido, em julho de 1970, surgiu o trabalho da Frente Operária em Volta Redonda

integrada por militantes selecionados da Juventude Operária Católica (JOC) que se articula com as seguintes organizações de esquerda para um trabalho de base nas massas operárias contra a Ditadura: Partido Operário Comunista (POC), Política Operária (POLOP), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR) e União da Juventude Patriótica (UJP) ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). (CMV-VR, 2015).

Dessa forma, em julho de 1970 foi organizada a Frente Operária (FO) articulada pela militante da POLOP, Estrella Bohadana, uma ativista de destaque na luta contra a ditadura militar na região. Segundo Soares (2019, p.86), “*A POLOP reunia inicialmente estudantes e militares de baixa patente, que imediatamente pós-golpe civil militar, tomaram frente para iniciar a luta armada...*”. |A formação da Frente Operária (FO) contou com a participação de membros do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), do PCB (Partido Comunista Brasileiro), do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) e da JOC (Juventude Operária Católica).

A militante tinha o objetivo de formar uma frente de resistência à Ditadura composta pelos jovens operários militantes da região, através da aproximação com a JOC (CMV-VR, 2015). Por meio da sua proximidade com Sérgio Galvão (operário da CSN e militante de base da Dissidência VAR-PALMARES), foi se articulando a formação de células clandestinas da Frente Operária, composta pelos militantes dos mais diversos partidos, inclusive da JOC.

Estrella Bohadana foi apresentada ao Pe. Natanael em agosto de 1970, e através dele se juntou ao grupo da JOC, e por meio de seus contatos formaram-se quatro células militantes clandestinas. A célula JOC era composta por ele, Pe. Arnaldo, João Cândido, Emídio Jeremias, José Ventura e Hélio Medeiros. A célula POC foi articulada através do contato de Estrella com Pôncio Defaveri, militante do Partido Operário Comunista, e era formado por Pôncio, Wilma Maria da Silva e Antônio Moraes. A célula UJP-PCdoB se articulou através de Carlos Alberto Nascimento Santos, estudante de medicina e militante do Partido Comunista do Brasil, e foi composta por ele, seu sobrinho Sérgio Peixoto Dias e Márcio Uruari Peixoto. Por fim, a célula VAR-Palmares foi formada através do contato de Estrella com Sérgio Galvão e Lauro Bairral Dias. (Soares, 2019). A aproximação com a JOC era de extrema importância devido a possibilidade de intermédio entre os movimentos de esquerda e os jovens operários, mas sobretudo pela força e proteção que a Igreja oferecia, principalmente através de Dom Waldyr. Estrella destaca:

“(…), então nós tínhamos um compromisso em que o Padre Natanael ele encampou muito bem, nos apoiou, muitas reuniões foram feitas na igreja e o Dom Waldyr foi presente o tempo todo. Nesse ponto nós tínhamos um respaldo importante. A JOC

significava Dom Waldyr, Padre Natanael, a Igreja, o que nos fortalecia muito.“<sup>3</sup>

Com o acesso ao Pe. Natanael, Estrella Bohadana (sob a proteção do codinome Lúcia), propôs a formação de grupos ligados à Frente Operária dentro da JOC (CMV-VR, 2015). A partir desse momento, a JOC pode ser entendida como um centro recrutador desses movimentos. Em depoimento à CMV-VR, Pe. Natanael explica que o seu interesse era a formação religiosa, e que as consequências não foram de cunho ideológico, e que não tinham partido político. Porém, não isentando o caráter cristão da participação do Pe. Natanael na Frente Operária, é clara a sua participação nos atos políticos do movimento. “Em um depoimento conjunto, Ventura e Emídio explicaram que a Frente Operária atuava clandestinamente na JOC, por que somente as pessoas da direção da JOC poderiam saber dessa atuação política clandestina.” (CMV-VR, 2015, p. 275).

Em entrevista concedida à CMV-VR, Estrella afirma que teve apoio de D. Waldyr, e que inclusive muitas das reuniões da Frente Operária foram realizadas na Igreja, contando com a própria participação do bispo e do Padre Natanael, deixando claro que os militantes da JOC que aderiram ao movimento político da FO estavam conscientes do seu caráter militante político. Entretanto, o bispo Dom Waldyr nunca explicitou seu conhecimento sobre a organização (Soares, 2019).

As reuniões da FO eram combinadas em locais discretos, com um grupo seletivo de participantes que, pela segurança da organização e pessoal dos militantes, usavam codinomes: Lúcia (Estrella Bohadana), João (Sérgio Galvão), Teco (Pe. Natanael), Arnaldão (Pe. Arnaldo), Paulo (Emídio Jeremias), Zito (José Ventura), Ho Chi Minh (João Cândido), Mário (Hélio Medeiros), Pedro (Antônio Liberato), e Jorge (João Batista). Apesar de não haver confirmação da participação do Bispo D. Waldyr nas reuniões da FO, os militantes da organização se referiam ao episcopo pelo codinome “Barra Limpa” (CMV-VR, 2015) provavelmente pela proteção que a figura do bispo oferecia.

Devido a Lei de Segurança Nacional que classificava qualquer ação contrária ao governo militar como subversiva, a FO atuava na clandestinidade através de ações políticas voltadas para a conscientização da população. Um exemplo dessa atuação em Volta Redonda, foi a panfletagem que ocorreu na madrugada do dia 1 para o dia 2 de novembro de 1970 no cemitério municipal, no bairro Vila Brasília/Retiro, como forma de aproveitar a movimentação do dia dos finados. Esse método de conscientização da população foi em prol do apoio a campanha pelo voto nulo já iniciada por outras organizações políticas, como a ANL, e na região foi assumida pelo Pe. Natanael, João Cândido e Hélio Medeiros. Como consequência dessa ação considerada subversiva, os três militantes foram detidos e levados ao 1º BIB no começo da tarde do dia 2 de novembro.

3 (Depoimento de Estrella Bohadana em Audiência Pública na Comissão Municipal da Verdade, CMV-VR, 2015, p.272)

“No dia 2 de novembro, entre 11 horas e meio-dia, o carro da Paróquia Santa Cecília dirigido pelo Pe. Natanael e ocupado por Hélio Medeiros e João Cândido foi interceptado pelo Sargento Pires e Cabo Cruz, da equipe S2 do 1ºBIB, quando passava pela Vila Santa Cecília. O Sargento Pires deteve os três ocupantes do veículo sob alegação de estarem em atitude suspeita e os obrigou a dirigirem o veículo para o quartel de Barra Mansa, sob sua vigilância dentro do carro da paróquia.” (CMV-VR, 2015, p. 277)

No caminho para o 1ºBIB, o carro paroquial sofreu uma colisão, que deixou uma grave fratura na clavícula de Pe. Natanael e no braço de João Cândido. Ambos foram encaminhados ao hospital, e Hélio Medeiros que não sofreu maiores ferimentos foi conduzido diretamente ao BIB. João Cândido foi levado ao Batalhão na noite do mesmo dia após o engessamento do braço. Já Pe. Natanael se apresentou dia 6 de novembro para prestar esclarecimentos no BIB e foi detido (CMV-VR, 2015).

Após a apreensão desses militantes, o 1ºBIB promoveu uma varredura e já no dia 6 de novembro havia 14 jovens vinculados a JOC detidos no batalhão. Do dia 2 ao dia 15 de novembro o foco das prisões foram os militantes da JOC, e a partir do dia 15, após investigações e interrogatório sob tortura, foram realizadas as prisões dos militantes das organizações revolucionárias de esquerda. Foram prisões sem causa justa, ilegais e violentas.

O serviço de inteligência do 1º BIB estava previamente ciente das reuniões das organizações esquerdistas dentro da JOC, e da vinculação desta com a política de atuação antitadura. O comando militar chegou a considerar que a mesma vinculação entre os sacerdotes dominicanos com Carlos Marighella da ALN, da mesma forma se sucedia em Volta Redonda, entre os clérigos da JOC, Pe. Natanael e Pe. Arnaldo, com Joaquim Câmara, substituto de Marighella na liderança da ALN<sup>4</sup>. (CMV-VR, 2015)

Um dos focos principais entre os militantes da JOC era Emídio Jeremias, presidente da organização, que foi avisado por D. Waldyr quando as prisões começaram e conseguiu fugir para o estado da Guanabara, refugiado nos aparelhos da POLOP (CMV-VR, 2015). Como forma de conseguir qualquer informação sobre o paradeiro de Emídio, a equipe de militares do Serviço Secreto do 1ºBIB levou presa arbitrariamente sua irmã, Maria Ruth Jeremias, catequista da paróquia do Retiro, que não tinha nenhuma ligação com a JOC. Ruth ficou presa por 18 dias: “(...) Vou te dar uma caderneta e falou assim pra mim: Olha moça, passarinho que canta a gente solta da gaiola. O que não canta a gente faz questão de trazer presa. (...) Eu quero que você dê conta do seu irmão, você sabe. Eu não sabia. (...) Eles falavam que iam me jogar no paraíba, que meu final ia ser com os peixes

---

4 A ANL (Ação Libertadora Nacional) foi uma organização de luta armada de esquerda fundada por Carlos Marighella, que enfrentou a ditadura militar brasileira instaurada em 1964. (Arns, 1986)

(...)." (CMV-VR, 2015, p.298)

Essa era uma das táticas empreendidas pelos militares, apreender familiares e entes próximos aos militantes, como forma de forçá-los a se entregar. Assim como Ruth, vários familiares e amigos próximos, assim como os jocistas de base que não tinham conhecimento sobre a organização da JOC e da FO, foram presos e torturados sem ter ciência do motivo.

Após o dia 10 de novembro de 1970, quando o Comandante do 1º BIB, Coronel Arioswaldo Tavares Gomes da Silva, se apresentou como Comandante da Guarnição Federal de Barra Mansa e Volta Redonda, ficou claro a associação deste contingente com a cadeia de comando do DOI-CODI<sup>5</sup> (CMV-VR, 2015). A partir desse momento, tornou-se cotidiano no 1º BIB sessões de tortura para obtenção de informações, com a justificativa de combater a subversão, por meio de técnicas desenvolvidas pelos militares e apresentadas pelo apoio militar dos Estados Unidos.

Os responsáveis que integravam o comando da equipe do Serviço Secreto de Inteligência do 1º BIB, e que conseqüentemente eram os responsáveis pelas sessões de tortura eram: Coronel Arioswaldo, Tenente Coronel Gladstone, Capitão Paiva, Capitão Giacomo, Sargento Pires, Tenente Miranda, Tenente Tenório, Sargento Isaque, Cabo Cruz, Cabo Alberto, Cabo Guaracy, Cabo Fajardo e Tenente Cezar (CMV-VR, 2015). Essas sessões se davam principalmente à noite em uma parte afastada do BIB denominada "Arquivo", nesse espaço se encontravam duas salas chamadas de "submarino", que como descrito por Sérgio Peixoto Dias à CMV-VR, se caracterizavam por salas extremamente pequenas, escuras, que impossibilitava a diferenciação entre dia e noite, continham somente um colchão e um vaso.

As técnicas de tortura eram diversas e cada vez mais aprimoradas para que não deixassem marcas. As mais utilizadas no 1º BIB, eram "telefone", que consistia em tapas e socos no ouvido, queimaduras com cigarro, choques elétricos aplicados na língua, dedos, órgãos genitais, com uso de água, palha de aço, entre outras diversas variações. O "pau-de-arara" em que o torturado ficava preso a uma barra de ferro pelas pernas, com os braços amarrados, na maioria das vezes é utilizada associada a choques elétricos. Além dos espancamentos, violências sexuais e torturas psicológicas.

De acordo com Soares (2019), a tortura está relacionada a manutenção do poder. O uso de métodos de sofrimento físico ou psicológico é frequentemente empregado como uma ferramenta para controlar a população, eliminar a oposição política, e assegurar a continuidade do controle e da dominação sobre um grupo ou sociedade. De acordo com dados apresentados por Estevez (2015), de 1964 até 1969, o batalhão utilizava dois métodos de tortura: tortura psicológica e espancamentos. No

---

<sup>5</sup> "Os DOI-CODI foram criados no início de 1969 para substituir os centros de informação dos comandos de zona e dos órgãos de segurança. Eram comandados por oficiais da reserva e da ativa e serviam de base para as atividades do Centro de Operações de Defesa Interna, o CODI. Nos DOI-CODI se realizavam as prisões, os interrogatórios e as execuções das torturas" (Gaspari, 2003, p. 184)

entanto, a partir de 1969, houve uma mudança e foram aplicados outros métodos com técnicas mais elaboradas.

O desencadeamento da operação que prendeu esses jogadores se deu através dos referidos métodos de tortura, a começar por Hélio Medeiros, que sob tortura apontou o envolvimento de João Cândido, Pe. Natanael e Pe. Arnaldo. Por conseguinte, João Cândido também sob tortura, confessou o nome dos demais jogadores que participavam da FO (CMV-VR, 2015). Assim se deu a incursão militar contra os movimentos de esquerda na região sul fluminense, através de confissões sob tortura que desrespeitavam os direitos humanos, tiravam os torturados de si e os obrigavam a confessar crimes nunca cometidos. Um caso exemplar sobre essas primeiras prisões envolvendo os jogadores foi a detenção de Arly Matildes Amorim, presidente da JOC feminina:

“(...) Queriam que eu falasse o que nunca pensei em fazer. Como não falei, eles foram me despindo aos arrancos junto com palavrões, tapas, arrancos de cabelo...apanhou uma faca amolada que cortou meu vestido pelos ombros e de lado e atirou pelo chão e o sutiã arreventou, a anágua e calça da mesma forma. Ameaçou coisas horríveis, por exemplo, o Tenente Cezar dizia: ‘vou tirar minhas roupas e ter relação com você’ (...) Vai assinar aqui ó que você é amante do Dom Waldyr. Ai falou assim: então você não vai? apanhou lá os aparelhos de choque, tirou a roupa, colocou choque no corpo todinho (...)”<sup>6</sup>

Em depoimento a CMV-VR, Antônio Liberato Jeremias também testemunhou as sessões de tortura que sofreu para que fizesse confissões de que seria de um grupo comunista: “(...) desta feita o sargento Pires manda que eu colocasse um fio em contato com o órgão genital e o outro ele colocou por dentro da gola da minha camisa e sem que eu tivesse tempo de responder as perguntas feitas pelo tenente Tenório, recebia choques violentos.”<sup>7</sup>. João Batista da Silva em depoimento à CMV-VR relatou as condições em que ficavam no 1ºBIB, e a tortura também psicológica sofrida com uma encenação de fuzilamento:

“(...) me lembro que tinha muita sede, aí você tinha que dar descarga pra você pegar aquela água limpa e beber, tinha que beber alguma coisa, estava morrendo de sede (...). De madrugada eles metiam o pé onde estava a gente, metiam o pé na porta, abriam, aqueles soldados, todos armados. E mandavam a gente encostar na parede... mandava assim: ‘encosta na parede’...por que eles falavam: ‘pode armar!’, aí os soldados armavam, você de costas, não via o que estava acontecendo, daqui a pouco eles vão disparar, aí não acontecia nada, não fazia nada, era só pra ameaçar a gente ficava logo pensando: ‘vou levar um tiro, vão matar a gente’, não era nada...Era terror... “ (CMV-VR, 2015, p.293)

<sup>6</sup> Depoimento na íntegra de Arly Amorim a Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros

<sup>7</sup> Depoimento na íntegra de Antônio Liberato Jeremias à Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros

Edir Alves de Souza, tesoureiro da JOC, também descreveu as torturas que sofreu no 1ºBIB à CMV-VR, “(...) *Dava muito choque, porrada daqui e dali. Ele ligou um fio no dedo do pé, outro no pênis, no dedinho da mão e na língua; eu sou técnico eletricista, eu já era formado na época; choque que eles davam na gente, todo molhado, inflamava entre a carne e o osso, doía o corpo todo.*” (p.295)

No mesmo depoimento de Edir, fica subentendido que as mulheres presas no batalhão naquele momento, Arly e Ruth, sofriam algum tipo de violência sexual por parte dos militares. Além do Sargento Pires explicitar a participação em treinamentos realizados nos Estados Unidos sobre técnicas de tortura. Após as detenções do grupo de jocistas e as subseqüentes informações extraídas através das técnicas de tortura, as investigações confirmaram evidências substanciais de uma conexão entre a liderança da JOC e grupos revolucionários em Volta Redonda. (CMV-VR, 2015).

O primeiro militante preso ligado às organizações de esquerda foi Sérgio Galvão, membro da VAR-Palmares, que sob intensas sessões de tortura fez as primeiras confissões sobre a formação da FO, que desencadearam as primeiras prisões e conseqüentemente o esquema foi sendo descoberto e inteiramente desmantelado. Foram presos Marco Antônio da Rosa, Sérgio Peixoto, Vicente Melo, José Roberto Gomes, Schetino Mota, Carlos Alberto Santos, Lauro Bairral, Márcio Uruari, Edir Inácio, Pôncio Defaveri, Marcus Vinícius, João Luiz, Líder Pereira, José Francisco, Wilma Maria e Estrella Bohadana (CMV-VR, 2015). Sérgio Peixoto Dias, em depoimento a CMV-VR, explicita a crueldade da tortura vivida no 1ºBIB:

“(...) Queriam que eu reconhecesse por nome algumas pessoas, o que não fiz, pelo fato de não saber o nome de ninguém, uma vez que todos nós utilizávamos codinome, por razões óbvias de segurança. (...) Mandaram que eu tirasse os sapatos e pisasse em um lugar onde jogaram água. Amarraram então um fio em cada perna, um pouco abaixo do joelho e começaram a acionar a manivela do telefone. O choque então ia aumentando aos poucos, atingindo um ponto que fazia perder o controle do corpo e cair todo urinado (...)” (CMV-VR, 2015, p.305)

Dos militantes citados acima, oito deles foram identificados pela equipe de inteligência do 1ºBIB como os principais articuladores das organizações de esquerda na região e seus respectivos contatos dentro da JOC, ficando presos até 1971 e sofrendo as mais perversas formas de tortura. São eles: Pe. Natanael, Hélio Medeiros de Oliveira, João Cândido de Oliveira, Pôncio Defaveri, Edir Inácio da Silva, Carlos Alberto Nascimento Santos, Sérgio Galvão e Estrella Bohadana (CMV-VR, 2015).

Um dos casos de tortura mais cruéis ocorreu com Estrella Bohadana, e segundo Soares (2019),

era considerada como sendo uma “comunista que matou um capitão”. Conforme o relato dela própria, sua prisão foi efetuada no Rio de Janeiro pelo 1º Batalhão de Barra Mansa, e o terror começou durante o trajeto até o 1º BIB, com abusos psicológicos para forçá-la a fazer confissões e delatar seus companheiros. Em depoimento à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros, ela detalha os acontecimentos de sua primeira noite no BIB:

“(…) a primeira coisa foi uma espécie de acareação com os companheiros, um grande levantamento de informações, seu nome e tal. E aí começou o ensaio de uma ascensão de tortura com muito choque elétrico na língua, no seio, na vagina e nas mãos. Depois o que eles chamavam de telefone e muito soco no abdômen. Essa foi a primeira noite, fui para cela gelada, um cubículo bem gelado, sem agasalho e sem lençol, sem nada, mas tinha, ainda, um colchão.” (CMV-VR, 2015, p.309)

De acordo com seus depoimentos, a tortura se intensificava a cada dia. Em determinado momento já não havia mais cama na cela, e ela era obrigada a dormir amarrada e nua. A tortura física incluía choques elétricos na vagina, nos seios e o uso do pau de arara. Além disso, era constante o abuso sexual, com soldados revezando-se durante a noite para tocar seu corpo (CMV-VR, 2015).

O depoimento de Estrella demonstra que a ditadura adquire traços tenebrosos nas paredes daquele batalhão, através da busca incessante de aniquilar as liberdades políticas da sociedade, ferindo física, emocional e psicologicamente, levando os torturados a desvairarem psiquicamente ao serem submetidos a inúmeras práticas de torturas.

Após todas as sessões de tortura, Estrella foi transferida para o DOI-CODI no Rio de Janeiro, onde as torturas eram ainda mais brutais e as técnicas mais aprimoradas. A prática do choque elétrico se tornou mais intensa, e o pau de arara era constantemente utilizado. A militante relata que as sessões de tortura foram tão severas que a levaram ao coma, bem como teve todas suas costelas quebradas, e ficou parálitica. Em seguida, foi transferida para o Hospital Central do Exército (HCE), aonde chegou com hemorragia e sofreu um aborto. É importante salientar que esses acontecimentos ocorreram dentro do período de um mês. Ao se recuperar parcialmente, foi transferida de volta para o 1º BIB, onde as torturas recomeçaram no mesmo dia. Em depoimento a CMV-VR (2015), Estrella relata que o DOI-CODI empregava métodos mais avançados, enquanto no 1º BIB as práticas eram caracterizadas por um amadorismo predominante.

De acordo com o relatório da CMV-VR (2015), o Tenente-Coronel Gladstone Pernasetti e o Sargento Milton José Siqueira Pires foram identificados como alguns dos principais torturadores. Devido ao amadorismo por parte dos militares, que não faziam questão de esconder seus rostos com máscaras nem deixar as vítimas encapuzadas nas sessões de tortura, vítimas conseguiram identificá-

los e denunciá-los posteriormente, como mencionado por Estevez (2015), quando relata que os torturadores do caso de graves violações aos direitos humanos ocorridos no âmbito do 1º BIB, foram identificados pela própria vítima.

Segundo Soares (2019), além da falta de experiência por parte dos militares, e da precariedade material no 1º BIB, se verificava uma falta de organização, que conseqüentemente fazia com que os próprios presos políticos desempenhassem funções no batalhão, como por exemplo, muitas vezes os próprios presos transcreviam os interrogatórios.

Uma forma de tortura específica, destinada aos presos da JOC, e principalmente aos membros clérigos, era a denominada “procissão”: Os torturados ficavam andando em círculos, nus, segurando velas acesas, que por vezes os queimavam em seus órgãos genitais. Padre Natanael, Edir Inácio e Estrella Bohadana foram submetidos a essa prática de tortura (Soares, 2019). Na sua volta para o BIB, Estrella foi submetida à “procissão”: “(...) nua, com essa vela, com choque no ânus, na vagina, no seio e tinha que cantar a música 'Jesus Cristo eu estou aqui'. Quem não cantasse, recebia mais choques, e isso era uma procissão ao ar livre, em volta de um lago, num frio terrível.”<sup>8</sup>

Devido ao esgotamento físico e mental, Estrella contactou o companheiro da FO Carlos Alberto Nascimento, o qual a orientou a cortar os pulsos com um tubo de creme dental, que nos anos 1970 era feito de alumínio. Após o episódio, a militante descreve sua ida ao hospital, no qual fica claro a crueldade do regime ditatorial naquele período: “Fui levada para o hospital e qual foi minha surpresa? Chego no hospital e o médico que estava lá disse: 'Ah, mas quem teve coragem de cortar, vai ter que ter coragem de ser costurada a sangue frio'. E costuraram meu pulso a sangue frio”.<sup>9</sup>

Após dois meses de prisão e contínuas torturas, Estrella Bohadana foi transferida para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no Rio de Janeiro, onde as torturas foram mais brandas devido ao seu estado de saúde. Posteriormente foi enviada para o presídio de Ilha Grande e colocada no pavilhão de doentes mentais em virtude do seu estado físico e emocional. De acordo com Soares (2019), Estrella foi libertada em maio de 1972, após cumprir uma pena de 18 meses no Talavera Bruce.

Pe. Natanael também foi um dos mais cruelmente torturados por ser considerado “o elemento de ligação da ala progressista da Igreja Católica em Volta Redonda, na Diocese do Bispo D. Waldyr Calheiros com as organizações revolucionárias que atuavam clandestinamente na região” (CMV-VR, 2015, p. 313). Para os militares, Pe. Natanael era o responsável por possibilitar a instauração do movimento esquerdista em Volta Redonda, por meio da JOC. Além disso, sua proximidade com o

<sup>8</sup> Depoimento na íntegra de Estrella Bohadana a Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros

<sup>9</sup> Idem

bispo D. Waldyr, considerado um bispo subversivo e já incriminado em outros IPMs, foi um fator relevante para que se inferisse tamanha tortura ao padre, pois tinham o objetivo de conseguir relacionar diretamente o bispo Dom Waldyr à articulação dessas organizações de esquerda. Antônio Liberato expõe esse objetivo dos militares: (...) prender Dom Waldyr não, aí o negócio fica feio para o nosso lado, o dom Waldyr é peixe grande, agora vocês não, vocês são peixe fácil, a gente pega e prende. Deixa que a família de vocês que se revolte contra o dom Waldyr pra tirar o dom Waldyr de Volta Redonda<sup>10</sup>.

As torturas ao Pe. Natanael começaram a partir do dia 18 de dezembro de 1970, quando estava recuperado e retirou o gesso de seu ferimento na clavícula resultante do acidente no dia de sua apreensão. Após isso, o padre já foi imediatamente levado a cela “submarino” onde se tiveram início as sistemáticas sessões de tortura. (CMV-VR, 2015)

Como forma sarcástica e até humilhante, os torturadores apropriavam-se de termos religiosos em suas sessões de tortura, em alusão a classe clerical a qual eram torturados. O tenente-coronel Gladstone Pernasseti denominava a suas sessões de tortura de ‘missas’. A militante Estrella Bohadana relata uma sessão de tortura na qual Pe. Natanael esteve presente. Os militares com o objetivo de envergonhá-los obrigaram o Pe. Natanael a olhá-la, que estava nua e amarrada à sua frente. Cada vez que ele se negava a olhar, era duramente torturado. Com o intuito de tranquilizar o padre e pôr fim às torturas, Estrella dizia-lhe: *“Padre, pode me olhar, por que eu me sinto tão coberta, tão vestida, que não tem nenhum problema, eu me sinto vestida pelos meus sonhos, pelo meu ideal, pela crença de que é necessário mudar o Brasil pela crença de que é possível um mundo melhor”*<sup>11</sup>

O Pe. Natanael relatou ao bispo D. Waldyr a desumanidade que sofria no 1º BIB através de uma carta enviada ao bispo em 20 de janeiro de 1971, quando ainda estava preso: *“(...) Sendo eu sacerdote, organizaram a seguir uma ‘procissão’ onde meu companheiro que estava nu e eu saímos pelo pátio do quartel, ligados um ao outro por algemas e fios elétricos desencapados, acompanhávamos o Sargento Pires que com a máquina elétrica nos dava choques, enquanto um cabo (Alberto) cantava a música ‘Jesus Cristo eu estou aqui’, assim caminhamos uns 40 metros. (...)”* (CMV-VR, 2015, p.214)

Em uma dessas sessões de tortura, o Pe. Natanael chegou a confessar ser socialista e não ter mais fé (CMV-VR, 2015). Ele foi o único clérigo submetido a torturas na região Sul Fluminense (Soares, 2019). Em janeiro de 1971 a organização da FO já havia sido totalmente desmantelada, porém as torturas continuaram por puro prazer por parte dos militares, e para “quebrar moralmente as convicções mais profundas daqueles prisioneiros” (CMV-VR, 2015, p. 323). Os jocistas

10 Depoimento de Antônio Liberato, apud. SOARES, 2019, p.127)

11 Depoimento na íntegra de Estrella Bohadana a Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros)

anteriormente libertados fizeram denúncias a D. Waldyr sobre as torturas que sofriam no 1ºBIB, e que Pe. Natanael, Hélio Medeiros e João Cândido continuavam a sofrer. Aliado ao depoimento feito na carta pelo Pe. Natanael, D. Waldyr escreve uma nota referente às torturas sofridas no BIB, que é respondida com uma intimação para depor, a qual o bispo responde por meio de outro relatório:

“(…) Minha intenção, no início, era de cooperação. Infelizmente não pude manter a mesma disposição. Ciente do modo como procederam durante os interrogatórios para obterem confissões forçadas de alguns detidos e do próprio Pe. Natanael, não vejo como possa ser útil qualquer esclarecimento de minha parte a depoimentos arrancados à força de maus tratos, como aplicação de choques, até nos membros sexuais, pancadas em várias partes do corpo, ‘telefones’, isto é, pancadas nos ouvidos, socos no estômago, nos rins, cuteladas, despir roupas, ameaça de revide caso eles contassem fora o que sofreram, torturas psicológicas em quarto sem sol, sem luz, sem água. Que esclarecimentos a dar em depoimentos dessa natureza?...Outrossim, participo a V. S. que, através da Conferência dos Bispos do Brasil, já encaminhei às autoridades superiores e competentes do País um relato dos fatos e essa minha decisão” (CMV-VR, 2015, p.317)

Através da primeira nota sobre as torturas escrita por D. Waldyr e encaminhada ao Cardeal D. Jaime Barros Câmara, as denúncias chegaram ao conhecimento do Comando do I Exército. Em janeiro, o General Tasso Villar, Comandante da Divisão Blindada, chegou ao 1ºBIB designado a levantar os casos de tortura denunciados.

Após a sindicância comandada pelo General Tasso Villar, não houve mais torturas no 1ºBIB, e os presos que lá ainda estavam, Pe. Natanael, Edir Inácio, João Cândido, Hélio Medeiros, Pôncio Defaveri, Carlos Alberto e Sérgio Galvão em fevereiro de 1971 foram transferidos para o Presídio da Ilha Grande, pois ainda eram réus no IPM 65/70. É importante salientar que o Comando do I Exército e da Divisão Blindada, por fazerem parte da rede de organização do exército, estavam cientes do que se passava no interior do 1ºBIB, porém nessa situação é possível notar o tamanho da influência e poder de mobilização do bispo D. Waldyr, que através de suas denúncias conseguiu que se cessassem as sessões de tortura no BIB. A militante Estrella Bohadana descreve a Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr a importância do apoio de Dom Waldyr: “(…) o apoio da igreja, do Dom Waldyr que foi, realmente, um ser especial em todo o processo de repressão, de tortura, ele que divulgou as nossas prisões, que colocou na BBC de Londres tudo o que estava acontecendo nos porões dos centros de tortura.”<sup>12</sup>

As consequências das torturas praticadas pelos militares do 1º Batalhão de Infantaria Blindada foram permanentes e multifacetadas para as vítimas. Muitos perderam não apenas sua saúde mental e física, mas também um convívio social digno, ficando marcados para a eternidade, devido ao fato

12 Depoimento na íntegra de Estrella Bohadana a Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros.

das consequências se estenderem para todos os âmbitos da vida da vítima, Soares destaca: “(...) perderam seus empregos, as casas em que moravam (no caso dos operários da CSN), foram incluídos em uma 'lista negra' que os impedia de conseguir emprego na região, sendo obrigados a se submeter a subempregos e atividades autônomas, biscates, e em muitos casos obrigados a se mudarem de cidade”. (2019, p. 133)

A tortura distorcia a lucidez, e fazia a vítima questionar seus ideais. Assim como relata Estrella Bohadana à CMV-VR: "Posso garantir a vocês que em muitos companheiros a tortura obteve aquilo que a ditadura queria, que foi a desesperança, apatia, arrependimento de que não valeu a pena. Então, isso me parece que é a morte, o assassinato da própria história. Talvez seja a pior morte..."<sup>13</sup>

As consequências das práticas de tortura extrapolam os limites do sofrimento físico e psicológico imediatamente, consolidando um processo de exclusão social duradoura. Esse processo evidencia como a violência estatal se estende além da tortura direta, afetando estruturas econômicas e sociais. Mais grave ainda é o impacto no campo emocional e ideológico das vítimas. A fala de Estrella Bohadana é emblemática ao propósito do caráter simbólico dessa violência, que buscava não apenas a destruição do corpo, mas também a aniquilação da crença nos próprios ideais e na luta política. A tortura funcionou como uma tentativa de apagar o passado de resistência, criando uma narrativa de arrependimento que colaborou para o projeto de silenciamento e esquecimento promovido pela ditadura..

#### 4.2. Caso dos 4 soldados assassinados no BIB

Em 1971 na região Sul Fluminense deflagrou-se uma sindicância proveniente do 1ºBIB a respeito da existência de consumo e tráfico de maconha por soldado dentro do batalhão. Fruto dessa investigação, Expedito Botelho Luiz, ou “Capara”, foi preso pela Polícia Civil de Volta Redonda e logo transferido para o BIB no dia 23 de dezembro de 1971. Capara, suposto traficante, foi acusado de tráfico de maconha fornecido para soldados do batalhão, e nos bailes que aconteciam no Clube dos Funcionários. Expedito Luiz foi interrogado sob tortura e delatou seu próprio irmão, soldado no BIB, Hélio Botelho Luiz, sob acusação de uso e tráfico da droga no quartel. A partir dessa prisão, sob ordens do Coronel Arioswaldo Tavares, comandante do BIB à época, foi aberta uma investigação interna para apurar o caso, da qual encarregou-se a Equipe da Seção de Informações do Batalhão (S2), chamada de Equipe do Cap. Niebus. Faziam parte da Equipe S2 o Capitão Niebus, Tenente Miranda, Sargento Etel, Sargento Rubens, Sargento Guedes, Cabo Cruz e Cabo Freitas. (CMV-VR, 2015)

Através das confissões feitas sob tortura por Expedito Capara, seu irmão Hélio Botelho foi

---

<sup>13</sup> Idem

preso no dia 26 de dezembro, levado ao “arquivo” no dia 29, e torturado. No dia 28 de dezembro, foram presos o Soldado Senhorinho, o Soldado Getúlio e o Soldado Ferreira. Em depoimento à CMV-VR Hélio, o sd. Botelho, relata que foi obrigado a ficar de pé em latas de tomate enquanto levava cuteladas de um militar, logo após foi golpeado na cabeça por um cano de ferro, e ao cair no chão foi brutalmente espancado com o cano de ferro, socos, “telefones” e chineladas no rosto. No dia 30 as torturas realizadas pela Equipe S2 se seguiram com choques nas orelhas, nos dedos e no órgão genital, além da série de espancamentos. No dia 31 de dezembro, todos os soldados presos investigados pelo consumo e tráfico de maconha dentro do BIB foram torturados coletivamente em uma sessão de tortura sarcasticamente chamada pelos militares de “ceia”;

“(…) Aí juntou e falou que era a nossa ceia. A ceia de vocês. Tirou a gente, todos. Num lugar escuro. Não dava nem pra ver quem "tava" e quem não "tava". (...) Ele levou umas pedras pra fazer a gente engolir. Essas "pedra" normal de rua. (...) Ele me deu uma pedra pra "mim" engolir. Então eu fingi que engoli e dispensei. Aí eles acharam a pedra. Todos os soldados engoliram e eu não engoli. Achou a pedra, aí já me deu mais duas e uma corrente, que se eu não me engano, caiu do bolso do soldado Getúlio. (...) Ele mandou. Jogou e ficou todo mundo em cima ali. Tapa na cara. Não dava mais pra dispensar, eu fui e engoli. (...)” .<sup>14</sup>

Nesse mesmo dia o Sd. Botelho conseguiu realizar uma fuga para o Bairro Lazareto, localizado atrás do quartel.

“(…) No dia 31 de dezembro minha ideia era suicidar porque eu não aguentava mais... Pensava, pelo menos não vou morrer nas mãos deles. Mas eu pensei, se eu tenho essa disposição para suicidar, eu vou embora, vou tentar ir embora. (...) Tinha o buraco do respiradouro no teto da cela, com dois canos que vinha pela laje com a lâmpada pendurada. Eu falei, vou ter que passar ali. Eu era magro na época. (...) Peguei o cano... passei no respiradouro... fiquei todo ralado...em carne viva (...). Deu pra mim ver a liberdade... Tava meio claro... fim da tarde... Em cima do telhado eu vi as posições das sentinelas... Pulei o muro dos fundos do quartel, que da pro Bairro Lazareto... Eu fugi fardado, mas levei minha roupa paisano. Peguei taxi pra casa de minha família. Compraram passagem pra São Paulo no último ônibus... Fui me esconder em Santos.” (CMV-VR, 2015, p.332)

É importante destacar que todos os soldados presos pela investigação foram brutalmente torturados através de espancamentos com cano de ferro, cinto N.A (cinto especificamente militar), com socos, pontapés, palmatória, choques elétricos e tiveram seus pés e joelhos apertados na prensa. De acordo com as entrevistas apuradas pela CMV-VR nota-se que os soldados vítimas desta investigação evidenciam a tamanha violência das torturas, especificamente as deflagradas pelo Cap. Niebus, destacado como o mais agressivo dos militares da Equipe S2. O Sd. Senhorinho foi golpeado

<sup>14</sup> Entrevista na íntegra de Hélio Botelho à Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros

no olho esquerdo de forma tão violenta que desencadeou um derrame e uma severa deformação. O Sd. Getúlio que presenciou a agressão descreveu a CMV-VR:

“(…) Eu tinha vindo da tortura e eles me jogaram na solitária, na solitária ficava aquela cerâmica toda com água, creolina, eles jogavam a gente de short, ali no chão puro, depois da sessão de espancamento. Corpo todo roxo. Eles jogaram Nilsinho (Sd. Senhorinho) perto de mim e ele gritando, com a cabeça toda deformada, e ele apavorado e me deu um ataque de riso de nervoso. Aí depois eu parei. E ele ‘poxa, tá estranho a minha cabeça’, eu falei “não, sua cabeça tá normal”, até que eles arrumaram lá, deram um espelho, ah rapaz, que noite. Ele chorou demais quando viu aquilo tudo deformado, pra ele ia ficar daquele jeito, não ia voltar mais. Mas a vista dele ficou com defeito pra sempre. (...)” (CMV-VR, 2015, p. 336)

De acordo com Hélio Botelho, seu irmão Expedito Capara posteriormente ao interrogatório foi reenviado a delegacia da Polícia Civil de Volta Redonda, e após uma tentativa de fuga desapareceu, fato que deixa suspeitas da possível participação de militares.

No dia 31 de dezembro foram presos o Soldado Gonzaga e o Soldado Geomar. Dia 11 de janeiro, foram presos o Soldado Vicente, o Soldado Vanderlei e o Soldado Monção. Em 12 de janeiro os militares da Equipe S2 do 1ºBIB destinaram sua atenção aos soldados Geomar, Vicente, Vanderlei e Monção. Nesse ponto, o nível da tortura tomou proporções e adquiriu facetas que chegam a ser sádicas, desumanizantes, e que culminaram no maior dos crimes contra o ser humano, o homicídio.

Os quatro soldados foram violentamente torturados com o cano de ferro, palmatória, chicote de corda, choques elétricos, prensa, além das sessões de espancamento deflagradas pelos militares. Devido a tamanha brutalidade em que as sevícias estavam sendo aplicadas, o Sd. Geomar e Monção sofreram desmaios. O Sd. Vanderlei foi ferozmente espancado, e o Sd. Vicente teve sua cabeça esmagada na prensa, e posteriormente aberta por um golpe da palmatória (CMV-VR, 2015).

Constatado o estado de saúde crítico em que se encontravam os quatro soldados, o Cabo Enfermeiro Cesar Luiz e o Tenente Médico Érico Augusto iniciaram esforços para os manterem vivos, os quais não surtiram efeito, devido ao estado gravíssimo em que se encontravam. O Sd. Monção faleceu por volta de 18 horas, e o Sd. Vanderlei às 18h30.

Em reunião realizada entre os membros da equipe S2 e o Tenente Coronel Gladstone Pernassetti, comandante do BIB naquele momento, em ocasião do Cel. Aristowaldo estar de férias, foi decidido a ocultação dos corpos. Para dar justificativa ao sumiço dos dois soldados e o estado dos dois restantes, foi articulada a história de uma fuga, em que o Sd. Monção e Vanderlei teriam fugido após brigarem fisicamente com o Sd. Geomar e Vicente, que não teriam concordado com a fuga.

O corpo do Sd. Vanderlei foi decapitado e teve suas mãos arrancadas para dificultar a

identificação. Foi jogado próximo a represa de São João Marcos, a 10km de seus membros. O cadáver do Sd. Monção foi queimado e deixado na estrada que liga Bananal a Rio Claro. (CMV-VR, 2015). O pai do Juarez Monção Virote, Sr. Pedro Paulo Virote relata à CMV-VR o sofrimento que enfrentou durante o processo de investigação e morte do filho:

“Houve esse comentário de consumo de maconha no Quartel, mas ninguém nos chamou, ninguém falou nada a respeito. Meu filho Juarez era apenas um menino, um rapaz, um adolescente comum. (...) Depois do dia 13 de janeiro, procuramos meu filho no Quartel, mas os militares falaram ‘entre linhas’ que ele era bandido, que tinha desertado, mas na verdade ele já estava morto. Entreguei meu filho para o Exército, para servir à Pátria e devolveram meu filho esquartejado e queimado, morto sob tortura dentro do Quartel.” (CMV-VR, 2015, p.351)

A família de Vanderlei de Oliveira, representada nas entrevistas da CMV-VR pelos seus irmãos Maria Helena de Oliveira e Celso Luís de Oliveira, também expuseram sua dor, e como a morte do irmão afetou toda família: “(...) Diz que ele morreu foi de espancamento. Bateram, dizem que bateram nele e muito. Ai depois que mataram ele, foi quando eles jogaram ele lá em Rio Claro. Depois acharam a ossada dele. Minha mãe não podia ver homem de farda que ela desmaiava. Minha mãe era uma pessoa muito alegre, cantava muito, depois disso minha mãe nunca mais cantou. (...) Ela só falava nele ” (CMV-VR, 2015, p.347)

Na manhã do dia 13, os dois soldados que ainda se encontravam vivos no BIB já estavam em estado de extrema gravidade. O Sd. Geomar “estava pálido, magro, com vômitos biliosos, dorso com feridas sangrando, fortes dores no estômago, traumatismo de fígado (aumentado de tamanho), pressão baixa.” (CMV-VR, 2015, p.352). O Sd. Vicente apresentava “ferida aberta na cabeça, traumatismo craniano, feridas sangrando em várias partes do corpo, mas com pressão arterial normal, não apresentando quadro de coma.” (CMV-VR, 2015, p.352). Geomar sucumbiu às sequelas das torturas por volta de 13h30 e veio a óbito.

Particularmente, o Sd. Geomar não foi citado nos interrogatórios pelos outros militares investigados sobre consumo e tráfico no BIB, inclusive foi enfatizado por outros soldados que o conheciam, que Geomar não fazia uso de maconha. Entretanto, ele era responsável por dirigir a pick-up do batalhão, e por esse motivo presenciava as atrocidades ocorridas dentro do quartel, como corpos que eram transportados dentro do veículo. Fato que, como acredita sua irmã Geralsélia Ribeiro da Silva, influenciou para que tenha ocorrido sua morte, como uma forma de “queima de arquivo”. Geralsélia em depoimento à CMV-VR relata que o irmão apresentou mudança no comportamento de acordo com o aumento da violência dentro do Batalhão, o que possivelmente também foi percebido pelos militares.

“(…) Serviu assim, 10, 9 meses normal. Depois ele começou a chorar muito em casa, chegava à casa não queria mais comida, não queria mais falar com ninguém... Até que em janeiro, dezembro, ele contou pra ela (...) Pessoas torturadas, e jogavam dentro da caminhonete que ele dirigia para serem jogados fora os corpos, que ele viu várias pessoas serem assassinadas. Jogava dentro da pick-up e enterrava. Ele não aguentou (...) jogavam dentro da pick-up que ele dirigia e obrigavam ele a jogar no terreno baldio. Aí a mamãe falou pra ele: meu filho, você vai morrer também. Ele falou assim: não, mamãe, eu não vou porque eu sou militar, eles não vão fazer isso comigo; agora eu só quero dar baixa, eu não quero mais ficar lá (...) Dia 31 foram buscar ele lá em casa, disseram que precisavam de um motorista, que o outro tinha faltado e tal. Ai depois, durante o inquérito todo, nós fomos descobrir que eles tinham medo que ele bebesse Natal, bebesse ano novo, falasse demais e falasse alguma coisa; então prenderam ele.” (CMV-VR, 2015, p.340)

Devido às complicações que os militares tiveram com os corpos dos três soldados, e sendo necessário para sustentar a farsa da briga resultante da fuga, o Sd. Vicente que permanecia vivo, foi logo transferido para o Hospital Central do Exército (HCE) no Rio de Janeiro. O Sd. Vicente faleceu no HCE no dia 25 de janeiro devido à gravidade dos ferimentos que sofreu.

A Equipe S2 articulados com o alto comando do 1ºBIB, Coronel Arioswaldo Tavares e o Tenente Coronel Gladstone Pernassetti, enviaram o Relatório Especial de Informações 001/72-s2 para a Divisão Blindada do I Exército, a qual eram subordinados, relatando as ocorrências que os levaram àquela situação. Evidentemente que o que foi descrito no relatório foi falsamente inventado pelos militares, alcançando o nível de forjar um depoimento do próprio Sd. Geomar, no qual ele confessou ser usuário e traficante de maconha (CMV-VR, 2015, p.355).

A dissimulação por parte dos militares do BIB foi tamanha, que chegaram a convocar os soldados desertores, incluindo o Sd. Monção e Sd. Vanderlei para se apresentarem no quartel, em decorrência da abertura de um IPM criado sem precedentes para encobrir os crimes de assassinato, mesmo com todo alto comando estar ciente que seus corpos estavam espalhados em estradas distintas na região.

A morte de Geomar teve repercussão entre a população local, e notadamente não se encaixava na história fraudulenta inventada pelos militares. O Pe. Natanael, que havia sido impetuosamente torturado anteriormente, afirmou à Dom Waldyr, o qual prestava apoio à família, que o soldado havia sido assassinado pelos militares. O bispo em união com a irmã de Geomar, Geralsélia, denunciaram ao alto comando da igreja as atrocidades que ocorreram naquele batalhão.

D. Waldyr produziu um relatório que constou a sequência de fatos, e através do Secretário Geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheider, conseguiu que chegasse ao General Muricy, na Comissão Bipartite. Geralsélia também foi até o 1º Exército para denunciar o caso. No dia 19 de janeiro a equipe do serviço secreto do 1º Exército emitiu o seguinte informe: “Informe Confidencial 016/52-5ª Bda C

Bld – Assunto: Tráfico de Entorpecentes, Baixa e Morte de Soldados em Circunstâncias Duvidosas”, o qual encontrou diversas contradições no relatório emitido pela equipe S2 do BIB. Sob ordens do comandante da Divisão Blindada do 1º Exército, General Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, foi aberto o IPM 17/72, para averiguação dos fatos constatados, do qual ficou encarregado o Coronel Mário Sampaio. Nesse IPM foram ouvidos como testemunhas os 11 soldados que também foram investigados e torturados pelo caso de consumo e tráfico de maconha dentro do BIB, e os militares da Equipe S2 do batalhão de Barra Mansa. Os militares envolvidos confessaram o crime e sua participação, mesmo que com certas ressalvas de que não eram exatamente culpados por estarem seguindo ordens de superiores, exceto pelo Tenente Coronel Gladstone, que negou o conhecimento de qualquer tipo de torturas dentro do batalhão, negou saber da morte dos soldados, assim como permitir que militares daquela equipe desaparecessem com seus corpos. Os militares da própria Equipe S2 desmentiram o Coronel e testemunharam sua participação no crime. (CMV-VR, 2015)

De acordo com o depoimento dos sobreviventes ficou claro que o que ocorreu dentro do 1º Batalhão de Infantaria Blindada foram casos de torturas brutais aos 15 soldados presos, dos quais 4 foram cruelmente assassinados. Diante dos fatos, foi expedida pelo Coronel Mário Sampaio uma ordem de prisão para os membros da Equipe S2 do BIB no dia 7 de fevereiro.

No dia 8 de março de 1973 foi assinado pelo encarregado Coronel Mario Sampaio o relatório final do IPM 17/72, e entregue ao Procurador do Ministério Público, Dr. José Manes Leitão. No relatório final, foram constatados como réus por homicídio qualificado e lesão grave todos os membros da Equipe S2, além do Tenente-Coronel Gladstone Teixeira Pernasetti, imputado por crime de inutilização e ocultação de cadáveres. Entretanto, durante as investigações do IPM nunca foram encontrados os instrumentos utilizados para tortura. Encontraram, porém, a ossada parcial do Sd. Vanderlei e o corpo incinerado do Sd. Monção, que inclusive estava com os dentes quebrados, dificultando a identificação do cadáver. (CMV-VR, 2015)

Em um ato único e inédito durante o regime militar foram julgados, considerados culpados e condenados: o Capitão Dalgio Miranda Niebus, 2º Tenente Paulo Reynaud Miranda da Silva, 3º Sargento Rubens Martins de Souza, Cabo José Augusto Cruz, 3º Sargento Sideni Guedes, 3º Sargento Ivã Etel de Oliveira, Cabo Celso Gomes de Freitas Filho, Tenente Coronel Gladstone Teixeira Pernasetti. O Coronel Arioswaldo mediante suspeita de omissão e negligência foi destituído do comando do 1ºBIB. (CMV-VR, 2015)

Como assertivamente apontado por Soares (2019), as condenações de torturadores do corpo militar ocorreram em um momento em que o Brasil era fortemente difamado no meio internacional devido às constantes denúncias de torturas, e necessitava tomar providências para evitar retaliações.

Em nenhum momento o exército tomou medidas puramente por não compactuar com os ideais que levaram os 4 soldados à morte. Entretanto, o constante cenário de impunidade vivido pelos militares, torturadores, assassinos durante a ditadura militar foi interrompido na região Sul Fluminense, aonde os membros da Equipe S2 do 1º Batalhão de Infantaria Blindada foram condenados pela tortura brutal de 15 soldados dentro daquele batalhão, e o assassinato de 4 deles, Geomar Ribeiro da Silva, Vanderlei de Oliveira, Juarez Monção Virote e Roberto Vicente da Silva. Esse foi o primeiro e único caso durante toda ditadura militar no Brasil que os militares torturadores foram condenados e penalizados pelos seus crimes. Essa vitória se deve a coragem do Bispo Dom Waldyr, que durante todo seu bispado na região lutou fortemente contra as injustiças, os crimes, os atentados aos direitos humanos cometidos pelos militares na região do 1ºBIB respaldados pelo governo fascista militar. Deve-se igualmente à força e coragem da irmã de um dos soldados assassinados, Geralsélia, que transformou sua dor em força para lutar por justiça.

## 5. COM A ANISTIA VEM O APAGAMENTO

Em 1979 após diversos movimentos sociais eclodiram no país no contexto da abertura política pedindo anistia “ampla, geral e irrestrita”, a lei 6.683/79 se estabelece através de uma negociação com o setor militar, em que equiparam vítimas e torturadores. A anistia abrangia todos que “cometeram crimes políticos os conexos com esses”<sup>15</sup>, ou seja, todos os que se manifestaram contra a ditadura militar, e os que em nome da guerra interna contra o comunismo, usaram como artífice a tortura, o assassinato e a barbárie.

Esse é o primeiro, senão o maior ultraje cometido pelo governo militar durante a abertura política. Equiparar os torturados dos torturadores, é justificar e legitimar um crime contra humanidade, e deixar implícito que as proporções de ação e reação são válidas, sendo que é completamente desproporcional e ilógico responder a oposição política com torturas e assassinatos.

Nesse contexto, a anistia se torna sinônimo de apagamento da memória, de esquecimento das atrocidades cometidas em todo país, de arquivamento dos processos de desaparecimentos, de assassinatos, da indiferença pela vivência de pessoas torturadas nos porões do exército. Como apontado por Napolitano (2014), a partir da dita lei, constrói-se no Brasil uma cultura de impunidade, que priva os torturadores da justiça, e conseqüentemente deixa brechas, lapsos, nas bases da democracia que vinha a ser formada. Brechas essas que dão espaço para que parcela da população

---

<sup>15</sup> Lei da Anistia, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6683.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm), acessado em 7 de novembro de 2024.

civil desconheça os crimes e os criminosos da ditadura militar ou que duvidem destes. Lapsos esses que dão liberdade para que em 2016 o deputado Jair Bolsonaro em pleno Congresso Nacional exaltasse o Coronel Brilhante Ustra, um dos torturadores mais perversos da ditadura militar, ao votar favoravelmente pelo impeachment da então Presidente da República Dilma Rousseff, uma das vítimas de tortura do regime golpista. Essas mesmas brechas dão espaço para haver na sociedade traços do autoritarismo, do moralismo, que fizeram o dito deputado ser eleito Presidente da República em 2019, mesmo exaltando a ditadura militar e os torturadores seguidas vezes.

A “cultura da impunidade” se desdobra no Brasil em diversas faces que perpetram o regime democrático, uma delas é o apagamento da memória da ditadura. É evidente que esse apagamento é conveniente e proposital, dado ao contexto de conciliação com o setor militar, a qual a lei de anistia foi promulgada. Ferreira (2011, p.111), explicita que um dos motivos pelos quais se optar pelo esquecimento, é o da memória como sendo insinuante da culpa, e ainda especifica que “os pactos de suspensão de condenações podem ser exemplares dessa negociação entre o que lembrar e o que esquecer”, ou seja, torna-se evidente que a ausência de condenação dos torturadores e assassinos estabeleceu os limites entre o que seria esquecido e o que seria preservado na memória da sociedade brasileira. Entretanto, ainda há luta para desenterrar os crimes da ditadura militar, e principalmente lembrar daqueles que foram assassinados, validar as sevícias sofridas pelos que foram torturados e buscar justiça por aqueles que nunca mais foram vistos. Um dos maiores atos de reparação foi a criação das Comissões Nacionais da Verdade, que se desdobram em comissões estaduais e municipais, em 2011 durante o governo da presidente Dilma Rousseff. Elas foram responsáveis por investigar os crimes, as vítimas e os torturadores. Como enfatizado por Napolitano (2014, p.382), é necessário produzir conhecimento e disseminar os verdadeiros fatos sobre o regime militar, “e não aos fatos alegados pelas “verdades oficiais” das ditaduras, que sempre negaram qualquer tortura ou desaparecimentos forçados de militantes”.

Em 2010, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contestou a lei de anistia no Supremo Tribunal Federal (STF), e apesar de ter um parecer desfavorável, o processo foi importante para indagar os princípios os quais a lei foi fundada, o principal deles, o de inocentar torturadores. O julgamento desfavorável teve como argumento principal que o ato de revisar a lei seria considerado uma forma de revanchismo. Nesse sentido, a fala da Ministra Ellen Gracie é muito exemplar: “não é possível viver retroativamente a história”. Contrapondo a ministra, o Ministro Ayres Britto defendeu em seu voto que “a humanidade tem o dever de odiar seus ofensores porque o perdão coletivo é falta de memória e de vergonha” (Ferreira, 2011, p.115). Nessa perspectiva, é necessário salientar que tanto a ministra como aqueles que votaram contra, e aqueles que acreditam na justificativa de

revanchismo claramente não compreendem a diferença deste para justiça, que no caso dos crimes cometidos pela ditadura militar foram negligenciados pelo Estado brasileiro, deixando famílias de cidadãos desta pátria sem resposta.

Como destacado por Napolitano (2014, p.388): “a cada vaga de pressão social para apurar os crimes de tortura, sequestro, assassinatos (...) a resposta dos militares, na reserva e na ativa, é a mesma: houve uma Lei de Anistia que “perdoou” os crimes da esquerda e da repressão, chamados de “conexos” ou reativos”.

Na região Sul Fluminense, o cenário de apagamento da memória se traduz de formas específicas. O 1º Batalhão de Infantaria Blindada ligado ao sistema de repressão do governo foi palco de prisões arbitrárias, torturas físicas e psicológicas, assassinato e ocultação de cadáver na região, e após a grande repercussão nacional, internacional, e principalmente regional sobre a morte dos quatro soldados dentro do batalhão, ele foi renomeado para 22º Batalhão de Infantaria Motorizada, para desvincular daquele local tudo que fosse relativo ao caso (CMV -VR, 2015). Assim se dá os primeiros passos do apagamento da memória de torturas e assassinatos pela ditadura militar na região.

Posteriormente, já com as locações do quartel desativadas, o espaço antes pertencente ao BIB está sob jurisdição da prefeitura de Barra Mansa e foi transformado no Parque da Cidade, um local de lazer da população, que funciona como espaço para shows e entretenimento (Estevez, 2015). Dessa forma, se traduz o processo de formulação de novas memórias, e o conseqüente esquecimento de outras (Ferreira, 2011), sendo esse esquecimento, notadamente proposital, como salientado por Ghazzaoui (2018):

“(…) é importante considerar que, ao longo dos anos 2000, o lugar que abrigou um centro de tortura e de morte durante a ditadura militar tornou-se um lugar para realização de serviços, eventos culturais, sociais, políticos e empresariais. Ou seja, a sociedade passou a se identificar e se apropriar desse espaço enquanto Parque da Cidade, possibilitando a criação de novas memórias e historicidades para o lugar de cultura. Assim transformado na memória coletiva da cidade antes mesmo do movimento pela rememoração da memória das pessoas que tiveram seu direito de ser humano violado naquele espaço durante a ditadura militar” (Ghazzaoui, 2018, p.4)

Dessa forma, fica claro a intenção de ressignificar aquele espaço, de forma que se “esqueça” do passado tortuoso da tortura e dos assassinatos que ali aconteceram. Essa seletividade da memória que será lembrada está clara quando a maior parte da população de Barra Mansa nem sequer tem conhecimento que aquele local foi palco de tamanhas atrocidades.

Pensando nisso e em toda pesquisa que já foi feita na região acerca da repressão ditatorial, foi organizado e inaugurado em 2024 o Museu do Trabalho e dos Direitos Humanos no Parque da Cidade de Barra Mansa, com o objetivo de expor e de rememorar os acontecimentos passados naquele

batalhão, e deixar para essas e as próximas gerações a memória daqueles que foram torturados e mortos por uma ditadura militar que desrespeitavam quaisquer direitos humanos sob justificativa da “guerra interna” contra o comunismo.

Trabalhos como este e como essa presente monografia, são responsáveis por, como profere a célebre frase do historiador Peter Burke, lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer. Também é demonstrar a já antiga, e constante luta pela democracia, pelo direito de tomar partido, pelo direito da vida, pela memória dos que morreram na luta, e pelas condições de vida jamais recuperadas por aqueles que sofreram a tortura. É demonstrar, principalmente, que o apagamento dessa memória não será tolerado. Porém, segue-se a luta para que não fiquem esquecidos aqueles que sofreram, e para que aqueles que torturaram e mataram passem, pelo menos, pela justiça da história.

## 6. METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo é de caráter qualitativo, com ênfase na análise de fontes primárias e secundárias. Os principais documentos utilizados foram relatórios da Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros de Volta Redonda (CMV-VR), que investigou as violações de direitos humanos ocorridas na região durante o regime militar. Além disso, foram analisados Inquéritos Policiais Militares (IPMs), documentos oficiais do 1º BIB e arquivos da CSN. A revisão bibliográfica incluiu trabalhos de historiadores como Estevez (2015) e Soares (2019), que fornecem uma análise aprofundada da repressão no Sul Fluminense. Depoimentos de sobreviventes e familiares das vítimas também foram utilizados para reconstruir as práticas de repressão e tortura empregadas pelo BIB, proporcionando uma visão humanizada e detalhada do impacto da ditadura na região. O estudo busca contextualizar os eventos históricos dentro de uma abordagem sociopolítica, permitindo uma compreensão mais ampla da repressão institucionalizada pelo Estado militar.

## 7. RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa confirmam que o 1º BIB desempenhou um papel central na repressão política e social no Sul Fluminense durante a ditadura militar. A análise documental revela que o batalhão foi responsável por inúmeros casos de tortura e prisão arbitrária, particularmente contra líderes sindicais e membros da igreja progressista. As evidências sugerem que, embora a repressão tenha atingido seu ápice entre 1969 e 1971, as atividades do BIB já haviam sido instrumentalizadas desde o início do regime, especialmente na repressão de greves na CSN. Após a anistia, houve um esforço para apagar esses eventos da memória coletiva, simbolizado pela transformação do quartel do BIB. O local em que o 1º BIB estava instalado, que outrora foi palco de tortura e assassinato, foi transformado no Parque da Cidade de Barra Mansa. Essa conversão reflete

o apagamento e ressignificação da memória coletiva, exemplificando como as atrocidades do período foram gradualmente obscurecidas da história local. Em uma pesquisa feita com os moradores da região Sul Fluminense, dos quais 73,1% são moradores de Barra Mansa, e 26,9% da cidade de Volta Redonda, 88,5% conhecem o local do Parque da Cidade, porém 61,5% não conhecem sua história, e quando perguntados se consideram que há algum símbolo ou marco no Parque da Cidade que indique sua relevância histórica, 65,4% responderam que não ou não sabem.<sup>16</sup> Portanto, a pesquisa reforça a importância de resgatar e preservar essas memórias, em alinhamento com o compromisso da historiografia de recordar o que a sociedade vem tentando esquecer. As conclusões aqui apresentadas buscam contribuir para a construção de uma memória social mais crítica e consciente, que faça jus às vítimas da repressão e assegure que episódios semelhantes não sejam reiterados em nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

ARNS, D. Paulo. **Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BEDÊ, Edgard. **Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros - Volta Redonda**. 2015. Relatório Final.

BORIS, Fausto. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

ESTEVEZ, Alejandra. **O 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército e a repressão militar no Sul Fluminense**. 2015 - Universidade Federal Fluminense – Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), Volta Redonda.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. **O Brasil Republicano. O Tempo do Regime Autoritário: Ditadura Militar e Redemocratização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FERREIRA, M. L. **Políticas da memória e políticas do esquecimento**. Revista Aurora, [s.l.], v. 10, p. 102-118, 2011.

GASPARI, Elio. **As ilusões armadas. 2.A Ditadura Escancarada**. [s.l.] Editora Intrínseca, 2002

GHAZZAOUI, Eminny. **Entre a Barbárie e a Cultura: Disputas na Construção das Memórias do Antigo 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa (2013-2017)**. 2018. Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: Histórias e Parcerias.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

---

<sup>16</sup> Pesquisa feita através do google forms.

SOARES, Paulo Célio. **Encontros e Confrontos na Frágua: Igreja, Esquerdas e Militares em Volta Redonda (1967-1979)**. 2019. Tese de Doutorado - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro